



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1724/2005

Autoriza e estabelece critérios para a outorga de concessão para exploração de serviços funerários no município e dá outras providências.

O Povo do Município da Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Do Objeto e do Âmbito de Aplicação

Art. 1º A outorga de concessão remunerada para exploração de serviços funerários no âmbito do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, é disciplinada pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, por esta Lei e pelas cláusulas dos respectivos contratos.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar concessão remunerada para exploração de serviços funerários na circunscrição do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - concessão remunerada de serviços funerários: a delegação de sua prestação, feita pelo Poder Concedente, através de licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

II - Poder Concedente: o Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, através do Poder Executivo;

III - Concessionária: a pessoa jurídica a quem é outorgada a concessão dos serviços;

IV - serviços funerários: os relacionados à organização e à execução de funerais mediante a cobrança de tarifas, tais como:

- a) fabricação, aquisição e fornecimento de caixões e urnas mortuárias;
- b) remoção de pessoas falecidas;
- c) transporte de flores nos cortejos fúnebres;
- d) instalação e ornamentação de câmaras mortuárias;
- e) fornecimento de artigos e aparelhos próprios da atividade funerária;
- f) cortejo e transporte fúnebre;
- g) providências junto aos Cartórios de Registro Civil e Cemitérios;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

h) divulgação do falecimento;

i) assistência à família enlutada;

j) colaboração direta com as autoridades públicas administrativas e policiais em casos de acidentes, tragédias ou calamidade pública de que resulte a morte de pessoas.

V - tarifa: é o preço público fixado pelo Poder Concedente a ser pago pelo usuário do serviço à Concessionária;

Parágrafo único. Além dos serviços enumerados no inciso IV deste artigo, a Concessionária poderá executar outras atividades de serviço ou de comércio vinculadas à finalidade da concessão, inclusive a oferta de planos funerários, desde que o faça mediante prévio ajuste com o Poder Concedente.

Art. 4º A prestação dos serviços funerários de que trata esta Lei é privativa da Concessionária quanto aos óbitos ocorridos na área territorial do Município de Passa Quatro.

§1º É facultada a utilização dos serviços de funerárias de outras localidades quando o velório, o sepultamento e os demais serviços funerários venham a ser prestados em outro Município, ainda que o óbito tenha ocorrido no perímetro territorial do Município de Passa Quatro.

§2º Ressalvada a hipótese de que trata o parágrafo anterior, todo e qualquer serviço executado por funerárias de outras localidades na área territorial do Município de Passa Quatro ficará sujeito ao recolhimento de valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da respectiva tarifa em favor da Concessionária.

Da Titularidade da Concessão

Art. 5º É vedada à Concessionária a transferência, no todo ou em parte, da concessão de serviços funerários outorgada nos termos desta Lei sem prévia e formal anuência do Poder Concedente.

Da Política Tarifária

Art. 6º As tarifas dos serviços públicos concedidos serão fixadas por Decreto do Poder Concedente, de acordo com os preços da proposta vencedora da licitação, preservadas pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato, assegurado o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo único. São isentos do pagamento de tarifas os serviços de sepultamento realizados pela Concessionária ou qualquer outra funerária no âmbito deste município.

Do Prazo de Vigência

Art. 7º O prazo de vigência da concessão, contado a partir da formalização do respectivo contrato, será de 10 (dez) anos.

Do Uso dos Velórios

Art. 8º Sem prejuízo da concessão de que trata esta Lei, será também outorgada à Concessionária, independentemente da edição ou lavratura de qualquer ato administrativo, a cessão de direito de uso



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

gratuito da área do Velório Municipal, com endereço na Rua Dona Luíza, sem número, no Centro de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, bem como de outros velórios públicos municipais que venham a ser criados.

CAPÍTULO II DO SERVIÇO ADEQUADO

Art. 9º A Concessionária deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato de concessão.

§1º Considera-se serviço adequado o que satisfaz as condições de pontualidade, regularidade, continuidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§2º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio e expresso aviso ao Poder Concedente, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 10. São direitos e obrigações dos usuários, sem prejuízo de outros que por Lei couber:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do Poder Concedente e da Concessionária informações para defesa de seus interesses individuais e coletivos;
- III - ter plena liberdade de escolha para contratar os serviços da Concessionária ou de funerária de outra localidade, conforme a sua preferência, desde que observado o disposto no art. 4º, *caput* e §§ 1º e 2º;
- IV - levar ao conhecimento do Poder Concedente e da Concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V - ser o corpo transportado com pontualidade, segurança e higiene;
- VI - ser atendido com urbanidade pelos prepostos da Concessionária e pelos agentes do Poder Concedente;
- VII - receber da Concessionária informações a respeito das características dos serviços, horários, tempo de percurso, localidades atendidas, preço da tarifa e outras;
- VIII - comunicar às autoridades competentes as irregularidades e os atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação dos serviços;
- IX - demais direitos definidos nas normas de defesa do consumidor;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

X - direitos constantes da legislação federal sobre concessões de serviços públicos;

XI - os previstos no contrato firmado entre o Poder Concedente e a Concessionária.

CAPÍTULO IV DA LICITAÇÃO

Art. 11. A outorga da concessão dar-se-á mediante licitação na modalidade concorrência, que obedecerá às normas gerais da legislação sobre concessões, licitações e contratos administrativos (Leis Federais nºs 8.987/95 e 8.666/93 e suas alterações), observando-se sempre a garantia do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse coletivo e o processamento e julgamento em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

CAPÍTULO V DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Art. 12. Aplica-se ao contrato de concessão de que trata esta Lei o disposto no Capítulo VI da Lei Federal nº 8.987/95.

CAPÍTULO VI DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Art. 13. São encargos do Poder Concedente os dispostos no Capítulo VII da Lei Federal nº 8.987/95.

CAPÍTULO VII DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 14. Constituem encargos de exclusiva responsabilidade da Concessionária, sem prejuízo de outros instituídos em Lei:

I - recolher os tributos incidentes sobre suas atividades;

II - manter carros fúnebres em perfeitas condições e em número suficiente para atendimento do serviço;

III - prestar serviços funerários gratuitos para sepultamento de indigentes, pessoas pobres ou carentes, nos termos de que dispõe o §2º deste artigo;

IV - dispor de caixões mortuários populares para venda e fornecimento gratuito a indigentes e pessoas pobres e carentes;

V - responsabilizar-se pelo transporte gratuito dos corpos de indigentes dentro do perímetro urbano do Município de Passa Quatro;

VI - manter livro de reclamações formais à disposição dos usuários e dos Poderes Públicos;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

VII - manter em local visível do estabelecimento tabela das tarifas dos serviços e produtos comercializados;

VIII - apresentar aos requerentes o catálogo das urnas, por ocasião da solicitação dos serviços;

IX - apresentar ao servidor responsável pela realização do sepultamento o talão de lançamento de receita do cemitério expedido pela Prefeitura Municipal ou, na impossibilidade da obtenção deste, apresentar provisoriamente a guia de sepultamento expedida pelo Cartório de Pessoas Naturais ou a certidão de óbito;

X - transportar um único corpo por ataúde;

XI - atender a todas as demais exigências estabelecidas pelo Poder Concedente.

§1º São ainda obrigações da Concessionária:

I - prestar serviço funerário adequado, na forma prevista nesta lei, nas normas técnicas aplicáveis e nos contratos, de forma ininterrupta;

II - emitir Nota Fiscal com discriminação dos serviços funerários prestados, o tipo de urna fornecido, os respectivos valores, o nome do sepultado e do responsável pelo sepultamento, com os respectivos endereços.

III - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

IV - realizar anualmente a prestação das contas da gestão do serviço funerário municipal ao Poder Concedente e aos usuários nos termos definidos nos contratos, sem prejuízo da opção por períodos menores, a critério do Executivo;

V - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço funerário municipal e as cláusulas contratuais das concessões;

VI - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso às instalações, equipamentos, veículos, livros e documentos integrantes do serviço funerário municipal;

VII - manter os bens vinculados à prestação dos serviços em perfeito estado de conservação, limpeza, higiene e uso imediato, contratando seguro que reponha seus reais valores em casos de furto, roubo, destruição por fogo, raio ou qualquer outro caso fortuito, bem como de eventuais danos que prejudiquem seu funcionamento ou utilização;

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço funerário municipal;

IX - empregar pessoal habilitado e material adequado na prestação dos serviços, aprovados pelo Poder Concedente;

§2º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

I - indigente: a pessoa falecida no Município de Passa Quatro cujo corpo não é reclamado;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II - pessoa pobre ou carente: a que não pode arcar com as despesas de funeral do tipo popular sem prejuízo da própria subsistência familiar, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social.

§3º É facultada ao Poder Concedente a fixação de valor anual destinado ao ressarcimento parcial ou total dos serviços funerários prestados gratuitamente pela Concessionária em favor de indigentes, pessoas pobres ou carentes, incluindo o fornecimento de urnas mortuárias populares.

CAPÍTULO VIII DOS DIREITOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Art. 15. A Concessionária fica obrigada a manter à disposição dos portadores de deficiência física pelo menos 2 (duas) cadeiras de rodas nas dependências dos velórios municipais.

Parágrafo único. Serão mantidos avisos da disponibilidade das cadeiras para deficientes físicos em local visível nos velórios.

Art. 16. A Concessionária providenciará, no prazo fixado no edital, as adaptações estruturais necessárias nos prédios dos velórios a fim de possibilitar e facilitar a locomoção de deficientes físicos.

CAPÍTULO IX DA INTERVENÇÃO E DA EXTINÇÃO

Art. 17. Aplicam-se à concessão de que trata esta Lei as normas relativas à intervenção e à extinção prescritas nos Capítulos IX e X da Lei 8.987/95.

CAPÍTULO X DAS VEDAÇÕES

Art. 18. É vedado à Concessionária:

I - exercer qualquer atividade estranha aos serviços funerários previstos nesta lei;

II - efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais;

III - exibir mostruários voltados diretamente para a via pública;

IV - utilizar veículo destinado ao transporte de cadáveres para outros fins;

CAPÍTULO XI DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 19. A fiscalização do serviço funerário municipal compete à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, no que couber.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Compete ao Poder Executivo a edição das normas complementares que se fizerem necessárias para a execução da presente Lei.

Art. 21. Em casos extraordinários, em que não seja possível ou conveniente a prestação dos serviços funerários pela Concessionária, poderá o Poder Concedente determinar a sua execução total ou parcial, direta ou indiretamente, mediante justificativa formal ulterior.

Art. 22. Os casos omissos decorrentes desta Lei serão dirimidos pelo Poder Concedente.

Art. 23. Para efeito de continuidade dos serviços funerários municipais, fica prorrogada a vigência da permissão de serviço público outorgada pelo Poder Concedente para execução do mesmo objeto, por um período de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 45 (quarenta e cinco) dias, independente da edição de qualquer ato administrativo, até que se iniciem as atividades da Concessionária contratada nos termos desta Lei.

Art. 24. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 15 de dezembro de 2005.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Leonardo Vilhena Viana
Secretário de Administração